
**(RE)CRIANDO ESPAÇOS E REVIRANDO MEMÓRIAS: O TESTEMUNHO
ORAL ENTRE A EXPERIÊNCIA VIVIDA E A (RE)APRESENTAÇÃO DO
PASSADO.**

Autor: Iordan Queiroz Gomes
Mestrando do PPHG UFCG
Email: iordangomes@yahoo.com.br
Co-autor: Luiz Carlos dos Santos
Mestrando do PPHG UFCG
Email: luizcarlo09@hotmail.com
Orientador: Profº Dr. Gervácio Batista Aranha

Este artigo tem por objetivo pensar a memória enquanto representação do passado entendendo-a, igualmente, como fio, fonte histórica, mediada pela utilização da história oral, de inteligibilidade desse tempo escoado. Neste exercício, apoiamos nossas convicções de que a memória possibilita caminhos específicos de visualização de meandros da vida cotidiana em se tratando de compreensões possíveis do passado.

Nosso texto transita, contudo, por dois momentos intimamente imbricados, a saber, um primeiro momento que pensa o uso da memória do ponto de vista teórico e metodológico, apontando caminhos específicos para se articular o uso da memória enquanto fonte histórica. No segundo trecho desse caminho, recorreremos à sua aplicação prática no desejo de pesquisarmos sobre as transformações urbanas inscritas na cidade de Aroeiras entre o contexto da década de 1920 a 1960, registrando nossa vontade de se conhecer versões, “relatos de memória”, testemunhos que nos façam traçar compreensões possíveis sobre como os antigos moradores locais experienciaram tais mudanças.

Com tais objetivos, reconhecemos, pois, que o caminho requerido para fins desta incursão, nos orienta na contramão dos que defendem ser a história guardiã da memória e magistrada do passado, ou ainda, em sentido contrário, incrédula quanto a qualquer possibilidade de se contar o passado, mesmo que de forma aproximada, verossímil, creditando nos testemunhos, propondo total distanciamento em relação a certa postura de compromisso em se contar a “verdade” sobre o passado.ⁱ

Neste sentido, não se trata de percorremos por estes caminhos que indicam ser o historiador julgador do passado, ou de renunciarmos toda e qualquer pretensão em se verificar e compreender o que pode ter acontecido nesse tempo escoado. Ao contrário,

reconhecendo a tensão existente entre os que defendem um apego ao (re)memorar positivamente o passado e os que propõem radical distanciamento a esta possibilidade, nossos passos são guiados pela possibilidade de tomarmos os relatos de memória como caminhos de acesso ao passado de modo a creditarmos nas lembranças memoráveis como formas de representação desse tempo, como indício de que algo aconteceu e que, este, ganha significações possíveis transpostas na forma de testemunhosⁱⁱ.

Tal assertiva nos leva à compreensão de que à memória está ligada a uma pretensão, ou seja, “a de ser fiel ao passado”. É que no trabalho com a memória, entendida enquanto representação do que se passou, “a experiência chave é a do reconhecimento, graças ao qual a imagem presente é tida como fiel a feição primeira.” (...) a partir dela, ou do ato de rememoração, “podemos reconhecer, nos reconhecer, naquilo que já vivemos”.ⁱⁱⁱ Na possibilidade de pormos em dúvida^{iv} a memória sem, contudo, esquecermos de creditar na “memória positiva” acionada, presentificadamente, de modo a poder relembrar sobre o passado, mesmo sabendo que nem toda memória é imparcial^v.

Sobre isto, nosso olhar se volta ao argumento de que Paul Ricoeur (2007) chama atenção para os benefícios em torno de uma "política da justa memória", o que inclui as possibilidades de uma memória "esclarecida pela historiografia", ao agenciamento de tomar como caminho os propostos por uma historiografia profissional, crítica, passível de "reanimar uma memória declinante", torná-la mais confiável. Ricoeur, neste caso, ruma a partir de traços possíveis abertos pelo que chama de “Operação do fazer História”, ou “operação historiográfica” reconhecendo a dívida teórica para com Certeau, na ênfase a discussão triádica que percorre a produção do conhecimento histórico, a saber, o que o autor denominou de “fase documental aquela que vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e que escolhe como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental...” E em seguida, considera como fase explicativa/compreensiva, aquela concernente aos múltiplos usos do conector ‘porque’ em resposta a pergunta ‘por que?’”. Por fim, denomina de “fase representativa a colocação em forma literária ou escrita do discurso levado ao conhecimento dos leitores de história.”^{vi}

A partir deste entendimento, reconhece-se a memória declarada, instrumentalizada na forma de testemunho ocular desse tempo ausente, como via de acesso ao passado,

atentando, sobretudo, para as suas negociações, os jogos de interesses, as manipulações da memória, tanto coletiva quanto individual, pelos projetos futuros e pelos poderes do presente. Neste caso, devemos considerar as preocupações de Ricoeur sobre os excessos de memória aqui e as memórias de menos acolá fadadas a repetição e falta de investigação crítica, ao que Loriga (2009) chamou a perspectiva de Ricoeur em opor o “‘dever de memória’ o ‘trabalho de memória’, um conceito desprovido de qualquer declinação imperativa, que implica um trabalho de luto ‘penosamente libertador’”, onde no “horizonte desse trabalho, perfila-se justamente uma ‘memória positiva’”^{vii}.

Com preocupações parecidas, ou seja, de modo a problematizar a produção das memórias coletivas e individuais por via de uma análise crítica identificando os critérios de validade e aceitação de tais memórias, Pollak (1989) salientou que “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função”, pois, “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra... em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes...”^{viii}. Discorrendo sobre a problemática da memória no que tange ao seu “uso”, seus “enquadramentos”, atentando que está também é fecunda silenciamentos, interditos, esquecimentos e tensões que se escondem entre as frestas da aparente solidificação da memória coletiva, grupal, ou mesmo individual.

As problemáticas postas ao uso da memória, leia-se trabalho com a memória, seguindo por estas trilhas, entende a memória e a (re)memoração como representações ajustadas com o desejo de se fazer dar coerência e sentido ao passado, cabendo, contudo, ao historiador questionar a aparente solidez com que determinadas memórias são construídas, pensadas, dadas a ler, trazendo a tona as dimensões de possibilidades de leitura e inteligibilidade dos terrenos arenosos em que as memórias sobre o passado são sedimentadas. Reconhecendo, inclusive, os silenciamentos que repousam entre a memória declarada e a representação historiadora, a saber, a própria história que se apropria da memória e da (re)memoração, que (re)constrói em falas e lembranças as experiências vividas no passado.

Com estas colorações, no enfoque que trata da relação entre história e memória, mesmo não sendo esse o nosso principal foco, devemos considerá-las enquanto

elementos distintos, sendo que, esta última, utiliza-se da memória, seja coletiva ou individual, criteriosamente na observação de caminhos teóricos e metodológicos específicos, como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico que se lança sobre o passado, pois, a história não tem acesso ao passado se não indiretamente. Por outro lado, ambas, memória e história, entrelaçam-se na medida em que compreende-se que são representações de uma coisa ausente práticas voltadas à “*recordação ativa do passado*”, sendo que, a memória, enquanto representação da coisa ausente em substituição por uma imagem se dá na medida em que o “sujeito se lembra sem as coisas e com o tempo”^{ix}.

Desse modo, ao recorrermos a memória mediada pelo método da história oral^x, a tomamos enquanto registro disperso e fragmentário que nos falam de um passado, uma vez que “uma história de vida, colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser representada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada”^{xi}, no realce ao que compreendemos ser, a memória, um recurso que, problematizadas criticamente, devemos confiar.

Neste exercício, nos soa igualmente coerente as discussões tomadas de crédito de Certeau (1994) quando este chama atenção para os usos da memória e a ocasião da fala, pensando-a em sua relação com uma operação presentificada, onde esta, a memória, “continua escondida (não tem lugar que se possa precisar), até o instante em que se revela, no ‘momento oportuno’ de maneira ainda temporal embora contrária ao ato de se refugiar na duração. O resplendor dessa memória brilha na ocasião”.. Levando-nos a crer que “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas”^{xii}.

Ainda neste exercício, reconhecemos ser o passado, um país de estrangeiros, estranho, distante, ausente, que representamos a partir do que nos chega dele. Possível de ser representado por meio de narrativas construídas, elaboradas pelos historiadores que recorrem, para tal, a rastros, indícios, testemunhos fazendo da história, uma representação que se faz a partir de representações que se dão num primeiro ciclo da experiência vivida na cena cotidiana. Assim, o que é indicativo do passado, apesar da distancia, pode ser dito, recuperado ou trazido para o presente de modo a poder fornecer, em representação, fundamentos de inteligibilidade desse tempo ausente.

Diante do exposto, por este percurso, nosso artigo busca perceber como podemos utilizar a memória, efetivamente, como caminho de acesso ao passado. Neste caso, faremos um exercício no sentido de podermos utilizar tal recurso em nossa pesquisa que versa sobre a possibilidade de se investigar como se deram as transformações urbanas de ordem materiais e simbólicas inscritas no espaço da cidade de Aroeiras no contexto das décadas de 1920 a 1960. Falamos em transformações urbanas apoiados em considerável literatura histórica que se preocupa em se estudar problemáticas urbanas.

Com este intento, valida-se, para fins de nossa incursão, que a cidade é um espaço histórico e possibilitado pela própria configuração do espaço. A cidade, tomada por estes contornos teóricos, também insurge a partir das aspirações, dos desejos e perspectivas, sonhos e medos que emergem singularmente das várias relações estabelecidas entre os sujeitos que a ideologizavam e os que a consomem, praticam^{xiii}.

Discorremos, primeiramente, em transformações materiais, sobretudo porque os rastros os quais mantivemos contato, a saber, discursos, jornais, projetos e anteprojetos de leis, livro de atas, fotografias, entre outros, documentos que, apesar de nos colocar diante de cartografias de lugares de lembrança, memória, de saudade, medos, cantos e desencantos, encontros e desencontros, lugares que ficaram no passado, que não mais existem, exceto em representações as quais colonizamos, também nos chegam informando sobre projetos, sonhos e desejos de construção de uma cidade no tempo. Indicando, ao mesmo tempo, a chegada de certos equipamentos de conforto^{xiv}. Melhoramentos em um tempo em que Aroeiras “faltava tudo”, sendo, neste caso, “importantes para o desenvolvimento desta zona, inicial, de suas aspirações, indispensável ao seu progresso.” Pois, “realmente, não se pode falar em desenvolvimento... uma terra não se pode industrializar, não se pode superar as condições primárias do seu atraso sem que nela disponha de equipamentos característicos da civilização moderna.”^{xv}

São melhoramentos materializados na construção de logradouros e prédios públicos, novos ambientes de sociabilidades (praça central e o clube recreativo aroeirense), “obras para o embelezamento”^{xvi} da cidade, além da nomeação de ruas e ainda com a introdução de equipamentos de uso coletivo e/ou privado, tais como a chegada do telégrafo (1920), a introdução da luz a motor de combustão (década de 1930), elétrica (1960), bem como a chegada dos aparelhos de rádio, cinema e TV na

cidade. Muitas deles desejados, sonhados com a pretensão, a vontade “de transformar o nosso município, em igualdade de outros maiores existentes no Brasil.”^{xvii}.

Contudo, com vistas a refletirmos sobre o uso da memória como fio de acesso a leituras possíveis de tais transformações urbanas no passado da cidade em apressado, pensaremos a construção da, hoje, conhecida Praça Sebastião Souto Maior, antiga Praça Central, erigida nos idos de 1950 com o objetivo de embelezar o então centro da cidade que desconfigurava os pretensos ares citadinos e “impressões modernas” com as quais a cidade ia tomando, sobretudo, por contar com a presença de um rústico “morro” de pedras que, para além de desembelezar o seu centro, impossibilitava a passagem dos veículos que começavam a chegar em maior número a cidade.

Com estas preocupações, os poderes legalmente instituídos na cidade, a saber, o executivo e parte do legislativo local, comungavam no sentido de construir o projeto de Lei nº 1/57, exposto nos registros de Atas do Legislativo Municipal datados de 02 (dois) de Março de 1957, na ordem do dia da 2ª sessão da 1ª reunião ordinária, do mesmo ano, da Câmara Municipal, em seu Art. 1º, em que o poder legislativo aprova o referido projeto que diz o seguinte: “...fica o prefeito autorizado a abrir um crédito especial, no total de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00)” recursos destinados “para conclusão do calçamento e obras para o embelezamento da cidade, tais como: construção de um muro decorativo, ocultando a pedreira existente nesta cidade, construção de um abrigo, um pavilhão de recreio, bem como de bancos de cimento, etc...”

Era a concessão de liberação de crédito para construção de um novo espaço de sociabilidade inscrito no perímetro urbano de Aroeiras naqueles idos de 1957. Com estas intenções, com destaque a propositura de “embelezamento” e de se construir “um muro decorativo” a pedreira, denunciante do enfeio do centro da cidade, da desconfiguração do lugar, ganharia um status decorativo, uma atração visual construída para configurar o embelezamento do lugar. O seu encobrimento representaria a possibilidade, a conformação atraente da cidade. Elemento que impossibilitava a passagem, que desajustava o caminho, deixando-o estreito, ela foi demolida parcialmente cedendo lugar a elegante, limpa, iluminada, bela e moderna Praça Central.

Mas, vejamos como, a partir de algumas memórias agenciadas pela oralidade, nos fizeram representar tal “lugar de memória”, já que nossa revisitação ao passado urbano

da cidade, também foi recomposta através de alguns escritos e falas, representadas principalmente pelo exercício da (re)memoração, possibilitada na medida em que, interessou-nos nesse passeio, conhecer suas transformações materiais e simbólicas, experienciadas e reinventadas por seus antigos moradores.

As entrevistas foram recolhidas, entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2008, e maio de 2009, em contato, em momentos distintos, com antigos moradores locais, ampliando as nuances de inteligibilidade do espaço urbano percebido através da memória. Nossos narradores compõem um grupo de oito pessoas, sendo três mulheres e cinco homens, entre 65 e 86 anos, que nos narraram sobre caminhos da cidade de Aroeiras no período de nossa reavistação.

Neste sentido, nas lembranças de D. I. R., o encobrimento ganha justificativa ao relembrar que “aquela praça ficou muito boa pelo menos saiu as pedras do meio da rua, do centro da cidade, que ali era o centro”^{xviii}. Explicitando que, para além do encobrimento necessário ao embelezando estético, desnudando as pretensões estéticas, havia certa preocupação em abrir o centro da cidade. Algo que, também é reforçado nas memórias do Sr. G.B.S. ao informar que na sua edificação foi justificada pelo fato de que “só passava um carro apertado... ai ele aproveitou fez o muro, planeou em cima e fez a praça”^{xix}.

A praça assumiu também a função de fazer encantar o olhar leitor, na medida em que foram inscritos sobre ela novas sensibilidades e experiências modernas, transformando-a não apenas em um espaço de festa e de encontro, mas, sobretudo, das infindáveis relações estabelecidas com as trocas, apropriação e consumos desses bens materiais e simbólicos.

Diante de tal propositura, a compra do aparelho de TV, alocado no recinto da praça após a sua construção, além da introdução neste local de um aparelho rádio transmissor^{xx}, aparelhos adquiridos pelo poder público após e dedicados para o uso público, coletivo fez da praça mais que um ambiente moderno construído verticalmente em consonância embelezamento, mas, sobretudo, a transformou em um espaço fértil para a degustação das experiências com os equipamentos modernos. Esse novo espaço de sociabilidades, foi percebido como tal por parte dos moradores locais que assim lembraram a sua construção em contato com tais equipamentos, “após a implantação da televisão, acabou a retreta lá no baldo do açude, a festa era todo dia há noite”^{xxi}...

Contudo, apesar disso, para ele, diante da admiração, “... agente dizia olha a televisão, vamos olhar a televisão, tinha um tal do repórter Eresso (risos), que dava notícia do mundo inteiro, todo mundo batia palma... depois enquanto a luz não dava sinal, dançavam por ali um pouquinho, depois quando a luz dava sinal todo mundo voltava pra suas casas. (...) Dia de Sábado e de Domingo... Aquela praça ficava aquilo, bem lotada, pra escutar a televisão, pra ver.

A referencia do (re)memorador sobre o “Sinal da Luz” se dá porque nesse tempo, a cidade ainda era iluminada pelas fagulhas temporárias da energia fornecida a motor de combustão alocado em seu espaço urbano nos idos da década de 1930. Suas indicações ainda são pertinentes para percebermos que, embora muitas dessas transformações fossem festejadas com o apressado de comemorações laboriosas, ou ainda com o apressado de possibilitar a abertura do pequeno lugarejo em manter contato com outros espaços, outros lugares.

Isso significa dizer que, por estarmos tratando de um espaço de vivências, um produto construído no tempo, a cidade apresenta-se enquanto palco confuso, onde pequenos anfiteatros são montados, e os atores, também espectadores, às vezes, e quase sempre sem perceberem, alteram, redirecionam os enredos mudando a apresentação e apropriação das cenas. Diante das práticas e representações do espaço, esta análise pode demonstrar que, talvez nesta cidade, as fronteiras entre o antigo e o moderno não estivessem tão delimitadas como desejavam seus administradores.

Se tomarmos a cidade sobre estes caminhos, sempre abertos, por estas trilhas estreitas e às vezes escuras, estranhas, lamacentas e insalubres, talvez tenhamos algumas elementos interpretativos para o fato de que, embora fosse festejada como bem público, de melhoramento do espaço, a luz elétrica que chegava à cidade naqueles idos de 1960, não era produto comestível de todos os moradores da cidade. Atentarmos que, mesmo a que era produzida a motor, não chegava a todos os ambientes, nem a todos os recintos da cidade, deixando as escuras vários pontos, vários lugares de sociabilidade afetivas e ambientes privados que iluminavam-se com fagulhas, centelhas de luzes vulneráveis^{xxii} e que, quando apagavam-se, nos lembra D. Maria “ficava a rua feito um cemitério, aquela escuridão... Aroeiras era muito atrasada”^{xxiii}.

Podemos pensar, neste caso, que a noção de uma cidade progressista, moderna, modernizada, materializada a partir da introdução de sua aparelhagem urbana, partiu de

um lugar de interesse obedecendo a certos nexos de determinado grupos sociais, sobretudo de parte da “elite” letrada local, sendo estas mesmas idéias, as vezes, diluídas em volatilidades ilusórias. Ou seja, apesar da presença do desejo, o sonho de transformar a cidade não tiraram seus aspectos e traços interioranos, não eliminaram seus limites e contradições.

Ela continuou sendo, aos olhos de muitos de seus habitantes, inclusive em suas experiência e vivências cotidianas, uma pequena cidade onde alguns poucos automóveis, a própria praça, entre outros instrumentos modernos os quais citamos, dividiam espaço com animais que transportavam água, encenando aspectos de ruralidade em contraposição as feições urbanas e impressões modernas que a cidade ia tomando. Enfim, para alguns, ela permanecia “atrasada”, bem diferente da cidade do desejo projetada por seus administradores. Isto porque, talvez, “a cidade que se mostra no visível, esconde-se no que tem de indisível, é muito maior do que o espaço físico que ocupa e menor do que os sonhos e desejos de seus habitantes”^{xxiv}

Todavia, por este caminho a memória dos antigos moradores, suas lembranças compuseram representações acerca das transformações urbanas aroeirense, sendo o entendimento de representação tomado de crédito das leituras de Chartier (1990)^{xxv}. Com este entendimento, discorremos nossas convicções em torno de que as representações criadas para e sobre as transformações materiais e simbólicas na cidade de Aroeiras, possibilitadas pela fala dos caminhantes do espaço, pessoas que às viveram, nos forneceram outras portas e formas para visualização de tais transformações. Esses relatos cotidianos (re)memorados por alguns dos habitantes do lugar produziram os “deslocamentos”^{xxvi} necessários a nossa locomoção pelas ruas do passado da aroeirense.

Após validarmos tais problematizações, os caminhos tornaram-se respiráveis, produzidos por uma operação exploratória dos espaços silenciados de memórias que se contorciam, estremeciam, vibravam e pulsavam, e que, mesmo silenciadas, permaneciam ali. Adormecidas, seduzidas, as lembranças acionadas pela ocasião, reveladas pelos relatos de espaço nos colocou diante das oscilação que co-produziam o espaço entrecortado-o por correntes de ar singulares, inteligíveis, que pontilhavam cartografias inconstantes no (re)memorável espaço urbano aroeirense.

ⁱ Cf. LORIJA, Sabina. A Tarefa do Historiador. In: GOMES, Angela de Castro, SCHIMIDT, Benito Bisso. Orgs. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009 (p. 18/9).

ⁱⁱ Cf. RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p.172/3.

ⁱⁱⁱ Cf. LORIGA, 2009, p. 20.

^{iv} Ibidem, p. 24.

^v Ibidem, p. 23.

^{vi} Ricoeur (2010, p. 146/147). Para Ricoeur, sobre a operação histórica e o programa das “fases” operatórias, não se trata de considerar momentos operatórios distintos uns dos outros, pois, “não se trata de estágios cronologicamente distintos, mas de momentos metodologicamente imbricados uns aos outros.”, na medida em que ninguém consulta um arquivo (1º fase) sem uma hipótese de compreensão (2º fase) e ninguém se dedica a explicar uma sequência de acontecimentos sem recorrer a colocação em forma literária (3º fase), expressa em caráter narrativo, dos resultados obtidos, sendo esta intenção inscrita na própria apresentação do trabalho do historiador (Monografias, dissertações, teses, livros, etc.)

^{vii} Cf. LORIGA, (2009, p. 22).

^{viii} Cf. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. IN: **Estudos Históricos. Memória 3**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

^{ix} LORIGA, (2009, p. 20)

^x As referências sobre o método da história oral buscamos os apontamentos feitos por Alberti (2005), no “Manual de História Oral” (Cf. ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

^{xi} (POLLAK, 1989, p. 13).

^{xii} Cf. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 158.

^{xiii} Na discussão sobre a cidade do desejo dialogamos neste percurso pelos apontamentos feitos por Rezende (Cf. REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997) e Pesavento (1995 e 2007), apresentando-se pertinente de modo a estabelecer uma relação com uma discussão teórica complementar a que discorre referências acerca da cidade que nos surge enquanto um código, um conjunto coordenado de enunciados e práticas que configuram a sua própria escrita e leitura no tempo. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995. E ainda Cf. “**Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**”. in: Revista Brasileira de História, v.27, número 53, jan-jun-2007, p.11-23.

^{xiv} As questões postas acerca dos equipamentos modernos e a recepção por parte dos cidadãos quando da sua implantação nos pequenos e médios espaços urbanos nortistas é tomada de crédito de Aranha (2003) quando este nos chama atenção para o fato de que “há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar” na possibilidade de traçar um estudo que aborde a modernidade urbana no Norte do País entre o final o século XIX e início do XX, porém atenta para os elementos que lhes são peculiares no tocante a experiência da vida moderna, sobretudo, as que são sobrevividas de certas conquistas materiais e simbólicas. (Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825)**. In: Ó, Alarcon Agra do ET. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003).

^{xv} Discurso proferido pelo vereador Pedro Paulo de Andrade na ocasião da inauguração do calçamento da vila de Gado Bravo, pertencente ao município de Aroeiras (década de 1960)

^{xvi} Fragmento da justificativa verbal do Projeto de Lei nº 1/57. Art. 1º, de Março de 1957, sala das sessões da Câmara Municipal que versa sobre a liberação de crédito para obras de embelezamento do centro da cidade.

^{xvii} Discurso proferido pelo senhor Pedro Paulo de Andrade, antigo vereador e presidente da Câmara Municipal, proferido no dia 29 de Novembro de 1955, data da instalação da 1º Mesa Legislativa do município de Aroeiras que na época contava com sete vereadores número legal estabelecido pela Lei Estadual nº 980/53 que cria o município de Aroeiras.

^{xviii} Entrevista concedida ao autor pela Srª Iracema Ramos no dia 22 de outubro de 2008.

^{xix} Informações retiradas da entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

^{xx} Informações retiradas do Livro de ATAS LEGISLATIVO MUNICIPAL, p. 25, datado de 02 de Março de 1957, que versa sobre a deliberação de crédito, mediante aprovação do Projeto de Lei nº 3/57, ao poder executivo para aquisição do aparelho rádio transmissor a ser alocado no abrigo recreativo construído junto com a praça.

^{xxi} Entrevista concedida ao autor pelo senhor Daniel Bento Simplício no dia 25 de Agosto de 2008.

^{xxii} Em 1960, segundo dados fornecidos pela enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE 1960, p. 202), havia um consumo de aproximadamente 25.000 velas diárias, “sendo 7.000 para fins de iluminação pública e 18.000 para fins particulares”, referências quantificáveis que nos põe diante do fato de que nem todos habitantes da cidade naquele tempo usufruíam da luz elétrica ou a motor em suas residências.

^{xxiii} Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos de Queiroz no dia 13 de setembro de 2008.

^{xxiv} Cf. REZENDE, (1997, p. 138).

^{xxv} Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

^{xxvi} Sobre os Relatos de Espaço Certeau (1994) nos chama atenção para o fato de que os relatos cotidianos ou literários são nossos transportes que deslocam-nos de nosso tempo em busca dos cacos que nos ajudem a costurar nossa trama narrativa. Para Certeau (1994, p. 200), “*todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço*”.